

UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POTENCIALIZANDO PROJETOS E REDES

*An experience in mental health and solidarity-based economy development:
maximizing projects and networks*

Elisa Zaneratto Rosa ¹

Maria das Graças de Lima ²

Evelyn Sayeg ³

Elisa Wajskop Marcondes Machado ⁴

Julia Marabesi Moreira Freire ⁵

Artigo encaminhado: 30/03/2021

Artigo aceito para publicação: 20/02/2022

RESUMO: Este relato apresenta uma experiência de formação em saúde mental e economia solidária, realizada por meio de parceria entre Universidade e serviços da rede pública de saúde, especificamente os Centros de Convivência e Cooperativa. Trata-se da proposição e desenvolvimento de um curso a trabalhadores de grupos de geração de trabalho e renda ligados aos serviços, assim como à equipe técnica apoiadora, que priorizou em sua metodologia a autogestão e a realização de atividades práticas de planejamento e avaliação, a partir da trajetória dos grupos participantes. A proposta parte do compromisso com a qualificação de projetos orientados pelos princípios da economia solidária como resposta à questão do trabalho sob a égide da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. A estratégia de formação adotada fomentou princípios da autogestão, da cooperação, da economia solidária e do trabalho em rede nos grupos e demonstrou a importância de modelos de formação alicerçados na práxis social. Como principal desdobramento, destacamos a constituição de uma rede local, formada inicialmente pelos Centros de Convivência e Cooperativa da região que participaram do curso, a qual posteriormente ampliou a participação de outros atores, permitindo o avanço das atividades de produção, comercialização e organização coletiva para o trabalho.

Palavras-chave: Formação. Economia solidária. Luta antimanicomial.

¹ Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do departamento de Psicologia Social da PUC-SP. elisazrosa@pucsp.br

² Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. m.gracalima@gmail.com

³ Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. evysayeg@gmail.com

⁴ Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cursou o Programa de Aprimoramento Profissional Psicologia em Unidade Básica de Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. elisa.wajskop@gmail.com

⁵ Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. julia.mmfreire@gmail.com

ABSTRACT: This report presents a training experience in mental health and solidarity-based economy, held through a partnership between the University and the public health establishments, specifically Community and Cooperative Centers. The experience refers to the proposal and the design of a course for workers from revenue-generating groups related to services, as well as the supporting technical team that prioritized in their methodology self-management and the realization of practical activities that involve planning and assessment derived from the trajectory of the groups participating in the experience.

The proposition commits to qualifying projects guided by the principles of solidarity-based economy as a response to the work issue as posed by the Psychiatric Antimanicomial Reform. The learning strategy that was adopted fostered principles from self-management, cooperation, solidarity-based economy and collaborative work within the groups and demonstrated the relevance of learning models based on social praxis. As a main consequence, we highlight the creation of a local network, initially formed by CECCOs participants of the course area, which later expanded to other actors, allowing the progress of production activities, marketing and collective organization for work.

Keywords: Learning. Solidarity-based economy. Anti-Asylum fight.

1 INTRODUÇÃO

A transformação social exigida pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial provoca a sociedade à possibilidade de comportar a diversidade, superando a perspectiva de categorização e classificação das diferentes manifestações e produções da existência humana. Pretende, assim, atravessar pilares fundamentais sob os quais se sustenta a própria constituição da sociedade moderna.

Na sociedade burguesa capitalista, a condição que define o lugar social de cada sujeito é sua livre participação no processo de produção e de concorrência.

Cada cidadão é sujeito e soberano, ou seja, é, ao mesmo tempo, assujeitado a cada um de seus deveres cuja não obediência é sancionada pelo aparelho de Estado e, sujeito que participa das atividades regidas pela lei e retira seus direitos dessas práticas, cuja realização define sua liberdade (CASTEL, 1978, p. 35).

A instituição da doença mental e das práticas de assistência psiquiátrica fundadas na Modernidade são resultantes da necessidade de passagem da sociedade real para a sociedade contratual e ancoram-se no projeto científico moderno. Reconhecendo de forma crítica os determinantes e práticas relacionados à passagem da loucura à doença mental, o projeto antimanicomial

convoca o reconhecimento dos direitos daqueles historicamente destituídos da condição de cidadania. Ele convoca a plena possibilidade de participação social dos considerados loucos.

A perspectiva antimanicomial questiona a condição de adoecimento mental e a busca de sua cura para exigir o reconhecimento de um outro modo de existência, seu acolhimento, o cuidado e a criação de novas formas de relação e produção de sociabilidade a partir da experiência subjetiva comumente traduzida como loucura. Nessa medida, esse projeto enfrenta as configurações sociais e instituições criadas para sustentar as relações de produção capitalistas, próprias da era moderna. “A construção da clínica antimanicomial encontra-se, desde seu início, articulada ao campo da cidadania. Era como direito que a mesma viria a se constituir, devendo perseguir, como sua meta prioritária, a reconstrução do campo dos direitos para os loucos” (ABOU YD, 2007, p. 53).

Nicácio (2005) aponta que a necessidade de construção de um novo lugar para a experiência da loucura é a questão essencial do cotidiano das práticas de Reforma Psiquiátrica:

Basaglia nos dizia que o louco é, antes de tudo, um homem sem direitos e sem valor social. E, se estamos enunciando algo radicalmente novo – a cidadania das pessoas com a experiência do sofrimento psíquico – necessariamente essa afirmação implica colocar em questão a vida nas cidades (NICÁCIO, 2005, p. 77).

Aceitamos, na trajetória da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, o desafio de provocar diversidade nos espaços sociais. A cultura, a arte, o movimento social e a participação política, o trabalho, tem sido alguns dos caminhos e eixos importantes para a criação de outros lugares e experiências para esses sujeitos, transformando suas subjetividades, seu sofrimento e seus territórios de circulação. Nesse sentido, a discussão dos itinerários de produção de emancipação e de autonomia, de ampliação da contratualidade social e de empoderamento é “(...) fundamental para nós que buscamos construir esses processos com pessoas que são vistas e percebidas nas relações sociais como pessoas de menos valia e, nessa visada, constitui questão central na discussão do direito ao trabalho” (NICÁCIO, 2005, p. 78).

1.1 Por que o trabalho?

A partir da perspectiva materialista histórica, reconhecemos o trabalho como condição fundante da humanidade. É atividade na qual o homem atua

sobre a realidade, a cria e a transforma para satisfazer suas necessidades de maneira intencional, assim também criando-se e transformando-se.

(...) podemos dizer que a atividade consciente do homem é a forma como sua subjetividade se apresenta no mundo. A atividade humana ganha o seu estatuto ao mesmo tempo em que é criada na forma trabalho. É a condição consciente da natureza através do trabalho que permite a constituição da atividade consciente do homem. Ao conquistar essa possibilidade da transformação consciente da natureza o ser humano ganha a possibilidade de realizar a atividade para além da própria sobrevivência, usando-a na própria constituição de sua humanidade (FURTADO, 2003, p. 218-219).

Furtado e Svartman (2009) apontam que, nas relações e formas de organização do trabalho forjadas no capitalismo, a finalidade de reprodução do capital domina o sentido produtivo. A atividade produtiva perde a possibilidade de representar o desenvolvimento e a satisfação de necessidades e potencialidades compartilhadas, aparecendo para quem a realiza como força objetiva, portadora de leis próprias.

Os autores discutem as consequências psicossociais desse processo, apontando a relação entre os principais problemas de saúde enfrentados no nosso século e as formas de participação no trabalho e nos espaços políticos resultantes da racionalidade econômica: privilegiam-se "(...) as experiências abstratas de instrumentalização de si e do outro em detrimento das experiências de participação e de desenvolvimento de habilidades pessoais" (FURTADO; SVARTMAN, 2009, p. 100). Eles defendem que o enfrentamento dos efeitos à saúde produzidos nesse processo será efetivado pela ampliação de espaços de apropriação da história, de participação pessoal e igualitária e de projetos de construção e transformação da realidade.

Assim, ao mesmo tempo em que reconhecemos que as exigências mínimas de contratualidade social estão circunscritas ao campo das relações sociais de trabalho, evidenciamos que o mundo do trabalho é produtor de sofrimento psíquico, de processos de destituição dos sujeitos em relação a si mesmos. O cotidiano nos serviços nos ensina que a exclusão do mundo do trabalho é a marca ou o critério central da definição da condição de inválido ou incapaz, da destituição da cidadania das pessoas marcadas pelo signo da doença mental. Em decorrência, a possibilidade do trabalho, da ação produtiva, do reconhecimento social de sua produção é anseio essencial de transformação para esses sujeitos e destino almejado na passagem da doença para a

cidadania. Por isso, legitimamos a centralidade do trabalho na consolidação de um projeto de atenção à saúde mental orientado pela perspectiva antimanicomial.

Contudo, se determinadas configurações de trabalho produzem expropriação de si, é esse o trabalho que iremos oferecer aos loucos como possibilidade de expressão da capacidade produtiva? O trabalho que produz e reproduz o sofrimento psíquico, a destituição de si e a alienação?

1.2 Encontros entre Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária

A inclusão social pelo trabalho foi reconhecida como estratégia do campo da atenção psicossocial, perseguindo-se o fortalecimento de uma política pública de interface entre saúde mental e economia solidária. Na trajetória da Reforma Psiquiátrica, a partir da realização de mapeamento de experiências de geração de trabalho e renda nos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial, encontros, constituição de grupos de trabalho, realização de Conferências Temáticas, procurou-se avançar na elaboração de políticas públicas que sustentassem empreendimentos solidários e de autogestão como estratégias de geração de trabalho e renda às pessoas com sofrimento psíquico (MARTINS, 2008).

Na trajetória das políticas de Reforma Psiquiátrica e de Economia Solidária foram muitas as dificuldades para os avanços necessários a essa política intersetorial. Elas refletiam tanto a condição incipiente da política pública de economia solidária, que tem como marco a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério de Trabalho e Emprego, no ano de 2003, quanto as limitações para garantir, via política pública de saúde mental, as condições necessárias para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, que emergiam como grupos de geração de trabalho e renda nos serviços da rede substitutiva. As principais reivindicações apontavam para estratégias que permitissem a ampliação da inclusão das pessoas com transtorno mental nas políticas públicas de incentivo, fomento e fortalecimento de empreendimentos solidários e de autogestão, justificadas pelo desafio de recuperação da dimensão socializadora do trabalho por esse grupo historicamente dele excluído. Podemos dizer que a política que sucedeu o golpe de 2016 no Brasil intensificou esses desafios, resultando num cenário ainda mais complexo para esse campo.

No campo das políticas de trabalho e economia solidária, o governo federal extinguiu, em 2019, o Ministério do Trabalho. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, rebaixada a Subsecretaria pela gestão Temer, deixou de existir, sendo transformada em um departamento do Ministério da Cidadania em 2019, no pacote das medidas iniciais do governo Jair Bolsonaro. Do ponto de vista da política nacional de saúde mental, a Reforma Psiquiátrica sofreu muitos ataques por parte do governo federal, desde 2017, culminando com a publicação das mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas pela Nota Técnica 11/2019, na qual o governo federal assume diretrizes contrárias àquelas construídas e pactuadas pelos processos democráticos de participação e controle social para essas políticas.

Assim, por diversos mecanismos, temos uma conjuntura que precariza as políticas incipientes na interface saúde mental e economia solidária, ao mesmo tempo em que essa mesma conjuntura, justamente por precarizar de modo geral as condições de vida e trabalho, tem feito emergir experiências diversas de redes de solidariedade, dentre as quais Redes de Economia Solidária, em territórios distintos. Nos serviços de saúde mental, segue o esforço de manter e fortalecer, além de fomentar e apoiar, iniciativas de geração de trabalho e renda orientadas pelos princípios da economia solidária. São iniciativas que respondem às necessidades dos usuários dos serviços de saúde mental, considerando suas condições concretas de vida e os impactos que produzem na saúde mental.

Na avaliação de Martins (2008), o trabalho cooperado empreendido a partir de experiências da rede substitutiva de saúde mental tem o papel de possibilitar acesso à autonomia, emancipação e cidadania.

Essas experiências carregam uma série de características importantes, entre elas a participação de pessoas da comunidade, ampliando assim a possibilidade de ressocialização dos usuários; o incentivo à autogestão e a participação democrática, construindo aos poucos, junto com os usuários, a autonomia e o protagonismo dentro e fora dos empreendimentos; o aprimoramento das habilidades profissionais, trazendo aos usuários e construindo junto com eles novas possibilidades de inserção social e descobertas pessoais; a articulação com outros setores, já que o mercado exige qualidade e compromisso, com os empreendimentos dos usuários da saúde mental não seria diferente; e, para não alongar muito, a possibilidade de ganho econômico real para todos os participantes (MARTINS, 2008, p. 252).

Seguimos, por isso, sustentando que a economia solidária é a possibilidade de trabalho que, no interior da sociedade capitalista, dialoga com os pilares do empreendimento antimanicomial.

A economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas, etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra vontade (SINGER, 2005, p. 11).

A economia solidária, alicerçada nos princípios da igualdade, democracia, participação e solidariedade, que se concretizam pela prática da autogestão, do trabalho em cooperação e da sustentabilidade, engendra formas de trabalho capazes de respeitar as liberdades individuais, políticas e econômicas. Exige e produz nos trabalhadores o fortalecimento da possibilidade de participação nas decisões que afetam seus destinos, contribuindo na construção do protagonismo do sujeito diante de sua realidade e de sua história. Permite relações democráticas e igualitárias, que ao mesmo tempo respeitam as necessidades e possibilidades de cada indivíduo (ROSA *et al*, 2021). A economia solidária apresenta-se como trabalho que se alicerça nos princípios da democracia e da igualdade, superando a perspectiva individualista que marca as relações sociais orientadas pelas formas capitalistas de produção e trabalho e acirradas diante das políticas neoliberais que acompanham a conjuntura de sua crise.

Silva (2005) explicita como o campo da economia solidária fundamenta-se em um conjunto de diretrizes e pilares na organização e produção de trabalho que dialogam com a perspectiva antimanicomial: a autogestão coloca-se como superação possível às práticas de tutela e proteção; o respeito às diferenças, a valorização das singularidades e a construção de uma produção coletiva a partir do diálogo; as possibilidades de construção de um trabalho pautado pela inclusão e pela justiça social; o fortalecimento e o exercício de relações solidárias; a apropriação do processo, do produto e do sentido do trabalho.

Conforme aponta Silva (2005), tendo a luta antimanicomial a liberdade como causa e consequência, não pode ela aceitar qualquer forma de negação e opressão da diferença. É necessário o exercício da criação que permita encontrar saídas aos obstáculos postos pela tradição psiquiátrica entre o trabalho e a pessoa com transtorno mental. O modelo cooperativista e associativista permite estabelecer uma produção a partir de princípios antagônicos ao capitalismo, como a solidariedade e a cooperação. No campo da

economia solidária, sustenta-se a possibilidade de ritmos diferenciados, a inadequação à norma e à disciplina. Por isso tudo, sua forma de organização, distribuição e gestão do trabalho apresenta pontos de semelhança com a lógica inaugurada pelo projeto antimanicomial.

2 FORMAÇÃO PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO CAMPO DA SAÚDE MENTAL: *RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA*

Muitos dos projetos de geração de trabalho e renda vinculados ao campo da saúde mental no estado de São Paulo estão inseridos em serviços de saúde mental, como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Convivência e Cooperativa (CECCO). Outros se organizam buscando maior autonomia ou distinção em relação aos serviços de saúde, o que tem ocorrido de diferentes maneiras, dentre as quais temos serviços especializados em oficinas de trabalho e projetos autônomos, que reúnem usuários de serviços de saúde mental, contam algumas vezes com apoio das equipes técnicas, mas não estão diretamente inseridos na rede de saúde. Em ambas as situações, esses projetos de geração de trabalho e renda trazem a experimentação cotidiana da tentativa de superação de um modelo de trabalho protegido, buscando diferenciações entre os grupos e experiências de geração de trabalho e renda e as oficinas ou grupos terapêuticos.

Fato é que o trabalho nesses empreendimentos marca uma experiência distinta, com importantes impactos na saúde mental desses usuários, que passam, então, a ocupar a condição de trabalhadores. Neto *et al* (2014) apontam a transformação do lugar social desses trabalhadores, na medida em que a visão dos familiares e da sociedade sobre eles demonstra a potência que o protagonismo mediante as oficinas de trabalho, reuniões, assembleias, fóruns, ações artísticas e culturais, feiras de artesanato e economia solidária proporcionam.

O cotidiano impõe, contudo, muitas demandas para o aprimoramento desses processos de trabalho, que passam pela qualificação técnica e da produção, ampliação de possibilidades de comercialização e, dentre outras, pela apropriação de princípios e diretrizes da autogestão o, do cooperativismo e da economia solidária, que requerem um processo continuado de formação. A qualificação desses processos convoca o campo da formação à apropriação dos

mesmos princípios e diretrizes, de modo a gerar contribuições para que eles estejam expressos nas metodologias assumidas nos cursos, nos processos de capacitação e de formação continuada elaboradas para o campo da economia solidária.

Assumindo esse compromisso, tomamos o tema da formação para o cooperativismo e a economia solidária como uma questão a ser trabalhada na formação em saúde. Temos sustentado na universidade diferentes experiências e projetos voltados à possibilidade de profissões da área da saúde aprofundarem sua implicação com o processo da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Temos igualmente sustentado experiências de formação que instalam a economia solidária, enquanto resposta para a garantia do direito ao trabalho, como um campo de interesse e de inserção das profissões da saúde, mais especificamente, no caso dessa experiência, a Psicologia. Temos, finalmente, insistido na articulação da academia com experiências de geração de trabalho e economia solidária tecidas pelo campo da saúde mental, onde esses dois movimentos de compromisso com a transformação social se encontram. Assim, na graduação em Psicologia, como parte de ações de formação para a área do trabalho, estabelecemos, desde 2008, parceria com grupos de geração de trabalho e renda ligados à rede de saúde mental para a realização de estágios, dos quais derivam projetos de intervenção pactuados entre universidade e serviços com vista à qualificação da formação em saúde e dos empreendimentos solidários. Ao mesmo tempo, no âmbito da Pós-Graduação em Psicologia Social tem sido acumuladas pesquisas, estudos e debates sobre economia solidária, o que tem possibilitado articulações potentes entre esses dois âmbitos da formação. Os encontros produzidos nessas experiências foram gerando projetos de formação sobre os princípios e práticas da economia solidária na saúde mental, os quais almejavam que o encontro com a Universidade possibilitasse não apenas a qualificação da formação dos estudantes, mas também de trabalhadores vinculados aos projetos de geração de trabalho e renda do campo da saúde mental.

Por meio de uma das parcerias de estágio estabelecidas com projetos de saúde mental e economia solidária, realizamos um curso que integrou estagiários da graduação em Psicologia e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. O campo que possibilitou e alavancou essa

experiência foi um CECCO, que promovendo grupos de geração de trabalho e renda mantinha-se implicado com a constituição de redes de economia solidária nesse campo. A experiência do curso constitui-se como ensaio de uma metodologia de formação em economia solidária e saúde mental.

Nas pactuações realizadas com o serviço para o desenvolvimento dessa experiência, decidiu-se expandir a participação a outros CECCOs da região. Essa decisão fomentou na capacitação uma perspectiva estratégica, que tinha no horizonte a necessidade de fortalecimento das redes locais e a sistematização de demandas para o campo das políticas públicas de saúde mental e economia solidária.

Participaram do curso usuários, trabalhadores e técnicos dos projetos de geração de trabalho de cinco CECCOs do município de São Paulo, os quais atuariam como multiplicadores dos conteúdos e questões refletidas no curso nos seus respectivos grupos. O curso tinha como objetivo capacitar agentes multiplicadores sobre os princípios e práticas da economia solidária, visando oferecer subsídios para as ações dos CECCOs nos projetos de geração de trabalho no campo da saúde mental.

O curso aconteceu em 9 encontros semanais de 3 horas. A metodologia combinou conteúdos teóricos com atividades práticas e procurou responder às demandas dos participantes, sofrendo reformulações permanentes ao longo de seu desenvolvimento. Como estratégia, o grupo foi motivado à prática da autogestão durante o curso, de modo a compartilhar tarefas importantes para o bom andamento do processo. Tais tarefas foram definidas pelo próprio grupo: relatoria, cartaz de memória, lanche, fotos, animação, arrumação do local, cronometrista, lista de presença. A cada encontro, os participantes foram motivados a se revezarem na sua execução.

No último encontro do curso, todos os cartazes de memória produzidos a cada encontro foram expostos para retomada e avaliação do processo. Durante essa roda de conversa, a metodologia da autogestão assumida no curso foi avaliada de forma muito positiva pelos participantes, alguns dos quais já estiveram em cursos sobre a temática com caráter teórico. Diante dessa outra experiência, ressaltaram uma profundidade que resultou da possibilidade do espaço de trocas e das dinâmicas, vivências e discussões participativas provocadas no processo do curso. Assim, pareceu muito importante que os

processos de formação para a economia solidária incorporem em suas práticas e metodologias os princípios trabalhados em seus conteúdos, fazendo do próprio curso uma experiência apoiada e refletida de solidariedade, cooperação e autogestão.

O exercício de autogestão do próprio curso permitiu materializar um dos mais importantes princípios da economia solidária na organização dos encontros e facilitou a compreensão da sua relevância para o funcionamento dos grupos. Ou seja, o princípio da autogestão foi apresentado não apenas teoricamente, mas experimentado no processo de formação. Esse exercício proporcionou maior envolvimento, superação de dificuldades e a construção conjunta do curso. O esforço contínuo da autogestão vivenciado no curso evidenciou as dificuldades nela envolvidas e, principalmente, sua importância.

Para desenvolver os conteúdos foram utilizados textos, aulas expositivas, atividades práticas, dinâmicas e apresentação de vídeos como motivadores dos processos coletivos de reflexão. Os conteúdos procuraram abranger conceitos fundamentais da economia solidária e temas sobre a saúde mental e trabalho. Contamos com alguns convidados para tratar assuntos específicos e compartilhar experiências consolidadas em saúde mental e economia solidária.

Em sua metodologia, o curso priorizou ainda abordar temas e conteúdos a partir das experiências e questões vivenciadas pelos próprios grupos, de modo que cada participante tinha discussões a construir com o seu coletivo de trabalho ao longo da semana, trazendo ao coletivo do curso um retrato acerca de como as questões tratadas se expressavam ou configuravam de forma concreta em cada grupo. Debates e reflexões de cada encontro do curso eram levados e refletidos nos respectivos grupos. Havia assim uma conexão entre o curso e os grupos de geração de trabalho e renda, de modo que nesse período tal experiência de formação movimentou os encontros desses grupos nos serviços, pela atuação dos participantes do curso na condição de multiplicadores.

Nos três primeiros encontros, foram apresentados e discutidos princípios e conceitos da economia solidária (solidariedade, igualdade, cooperação e democracia), as ideias de autogestão e redes. Essa discussão foi construída a partir de um levantamento da situação atual em que cada grupo se encontrava, a qual foi disparada já no primeiro encontro, quando da apresentação dos

grupos. Nesse processo, foi possível elencar e refletir sobre as principais questões encontradas pelos grupos, a partir dos pilares da economia solidária.

Observou-se uma grande participação de todos e empenho em debater problemas e questões trazidos a cada encontro. Os CECCOs que já possuíam algum grupo de geração de trabalho e renda consolidado puderam fazer um resgate de suas histórias, uma reflexão sobre sua organização e funcionamento, pensar as escolhas que foram sendo feitas pelo coletivo e as razões das dificuldades encontradas em seus cotidianos. Os CECCOs em processo de criação desses grupos relataram que os encontros geraram um incentivo à discussão de economia solidária e à motivação para a concretização desses projetos. A apropriação das referências sobre economia solidária se dava pela reflexão sobre as práticas e organização dos grupos, ao mesmo tempo em que provocava sua problematização.

Os três encontros seguintes buscaram aprofundar algumas referências conceituais, favorecendo rodas de conversas a partir de recursos disparadores diversos como vídeos, textos e exposições de convidados. Encontros foram especificamente dedicados à discussão sobre o conceito de trabalho e o modo como as atividades de produção se inserem na sociedade atual, sobre a relação entre saúde mental e trabalho no percurso da Reforma Psiquiátrica, sobre o papel do técnico dos serviços nos grupos de geração de trabalho, sobre o necessário fortalecimento de redes de economia solidária e de políticas públicas nessa área.

Apesar de alguns grupos já participarem da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária existente no estado de São Paulo antes do curso, muitos pareciam não compreender sua dimensão e seu significado como movimento social no Brasil. As atividades propostas geraram uma discussão muito interessante acerca desta organização e da sua importância para a economia solidária, gerando motivação para a participação nessa Rede.

Os encontros finais dedicaram-se a uma sistematização teórica e metodológica acerca da gestão dos grupos: como planejar, organizar e autogerir. Eles partiram da simulação da criação de um grupo de geração de renda para que, por meio de exercícios práticos, os participantes pudessem trabalhar e aplicar os conteúdos apresentados teoricamente. Nesses encontros, em alguns momentos, buscou-se formar grupos distintos entre técnicos dos CECCOs

(geralmente, aqueles diretamente envolvidos no apoio e fomento das experiências de geração de trabalho e renda) e trabalhadores dos grupos (usuários dos serviços), discutindo-se posteriormente as diferenças das questões apresentadas por eles.

No encontro final, além da avaliação do processo geral do curso, os participantes foram convidados a trazer alguns produtos de seus grupos para a simulação de uma feira. No bojo dessa discussão, relativa à comercialização, foi realizada uma atividade de desmontar os produtos, no sentido de explicitar sua utilidade, calcular o seu valor e descobrir novas possibilidades de produção com o mesmo material e técnica. Uma das potências dessa atividade foi a apropriação do processo de trabalho sintetizado no produto, permitindo também a gestação de possibilidades para sua transformação.

3 IMPACTOS E DESDOBRAMENTOS

A experiência produzida por esse curso evidenciou a importância da formação se constituir como espaço de troca e de compartilhamento de ideias, experiências e afetos. Os participantes manifestaram o impacto de encontrar dificuldades comuns nas trajetórias de outros serviços, mostrando o valor da sustentação de espaços coletivos de reflexão para uma atividade que possa seguir na contraposição ao trabalho estranhado.

No trabalho estranhado, o trabalhador se desgasta, tornando poderoso o mundo objetivo como alheio a si, de modo que, sem se reconhecer dele criador, este trabalhador deixa de pertencer a si mesmo (MARX, 2004). Se buscamos enfrentar com a modalidade de trabalho gestada pela economia solidária justamente esse estranhamento, condição própria das relações capitalistas de trabalho e na qual reconhecemos dimensão constitutiva do sofrimento que caracteriza as demandas do campo da saúde mental, precisamos fomentar trabalhos que não percam a possibilidade da práxis, da ação transformadora e refletida em relação à realidade.

Essa condição só se produz na coletividade, na medida em que nossa atividade é necessariamente social e que produzimos o conteúdo humano da nossa existência na relação com os outros. Portanto, boas experiências de

formação devem fomentar a reflexão sobre a prática, o fazer refletido coletivamente.

A capacitação de agentes multiplicadores dos princípios da economia solidária consolida-se como outra marca dessa experiência de formação. A formação é um processo contínuo, permanente, que se dá na ação e pela ação, como práxis. Assim, no cotidiano dos grupos os participantes do curso seguem produzindo processos de formação, por suas práticas e intervenções cotidianas. Muitos participantes do curso encerraram o processo afirmando a preparação e disposição para intensificar ou iniciar diálogos sobre economia solidária nos CECCOs que atuam. Essa é a formação que segue se produzindo no cotidiano, desde que sejamos capazes de garantir os espaços de reflexão e de troca, muitas vezes também prejudicados por serviços impactados em seus processos de trabalho pela lógica do capital.

Destacamos, por fim, o que parece ser o efeito ou desdobramento mais potente dessa experiência. O amadurecimento da constituição de uma rede entre os CECCOs participantes do curso. A constituição de Redes na Economia Solidária é um princípio e uma estratégia de sobrevivência dos grupos de geração de trabalho e renda diante das pressões do mercado capitalista: “O pequeno só é pequeno porque está sozinho. Quando muitos pequenos se unem, formam um gigante” (SINGER, 1998, p. 124). O projeto tomou forma no último encontro do curso e a constituição de uma nova rede, denominada ‘Redinha’, pretendia possibilitar a continuidade das discussões provocadas pelo curso e facilitar o diálogo e participação numa outra rede maior, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do estado de São Paulo. A organização por territórios comuns havia sido fomentada pela rede estadual, que buscava uma organização mais orgânica por meio de pequenas redes locais.

A princípio, a Redinha desse território permaneceu composta apenas por CECCOs. Mais tarde, com a consolidação de redes locais em outras regiões do estado de São Paulo, ela ganhou o acréscimo de projetos ligados a outros serviços de saúde mental da região. Como característica marcante desse território, essa rede local carrega o fato de que os CECCOs da região enfrentaram desafios relacionados à produção coletiva e inovação de seus produtos. Os produtos comercializados pelos grupos relacionados a esses serviços comumente são frutos de projetos e parcerias maiores, com importante

cunho cultural. A formação dessa rede possibilita crescimento pela produção e comercialização conjuntas, maior presença nos espaços de discussão, formação e comercialização na cidade. Unificar projetos de geração de trabalho e renda é uma tendência na perspectiva das Redes de Economia Solidária na busca do desenvolvimento e do sucesso dos empreendimentos. Rede é fortalecimento: mais trabalhadores e técnicos de saúde, mais talentos e ideias, maior possibilidade de estar presente e atuante nos diferentes espaços e oportunidades que surgem, acompanhando reuniões, espaços de formação e sustentando o próprio cotidiano de produção e comercialização.

Finalmente, é importante destacar como experiências desse tipo favorecem a possibilidade dos projetos de geração de trabalho e renda desses serviços oxigenarem o próprio cotidiano institucional. Isso é especialmente importante para os CECCOs, que vivem os efeitos da crescente precarização dos serviços públicos de saúde no município de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ABOU YD, Miriam. Por uma Clínica Antimanicomial: a ousadia de um projeto. In: LOBOSQUE, Ana Marta (org). *A Reforma Psiquiátrica que Queremos: Por uma Clínica Antimanicomial.*, p.53-57. Belo Horizonte: ESP-MG, 2007- (Caderno Saúde Mental).

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. 2ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FURTADO, Odair. Psicologia e Relações de Trabalho: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org). *A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia.*, p. 211-239. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FURTADO, Odair.; SVARTMAN, Bernardo P. Trabalho e Alienação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina (orgs). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica.*, p. 73-115. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Rita de Cássia Andrade. Saúde Mental e Economia Solidária: construção democrática e participativa de políticas públicas de inclusão social e econômica. In: CORTEGOSO, Ana Lucia; LUCAS, Miguel Gambelli (orgs). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas.*, p. 245-262. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

Marx, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETO, Sebastião Oliveira *et al.* 10 anos de Projeto Tear. In: PINHO, Kátia Liane Rodrigues; LUSI, Isabela Aparecida de Oliveira; MACHADO, Maria Lúcia Teixeira (orgs). *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde.*, p. 47-60. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2014.

NICÁCIO, Fernanda. Reforma Psiquiátrica: Direito ao Trabalho e Emancipação. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.*, p. 75-19. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

ROSA, Elisa Zaneratto *et al.* Economia Solidária: da afirmação de princípios à efetivação de um trabalho transformador. In: FURTADO, Odair *et al.* *Redes Solidárias: experiências no campo da economia solidária.* São Paulo: Educ, 2021.

SILVA, Rosimeire Aparecida. Experiências de Geração de Renda e Trabalho em Saúde Mental. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.*, p. 53-60. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. Saúde mental e economia solidária. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (BRASIL). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.*, p. 11-12. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.